

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.230 - RS (2018/0191438-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
EMBARGANTE : GUSTAVO SILVA PERES
EMBARGANTE : MARCELO SANCHES FLORES
EMBARGANTE : MARISTELA MOREIRA MACHADO BULCAO BITTENCOURT
ADVOGADO : MARCELO LIPERT - RS041818
ADVOGADOS : ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS E OUTRO(S) - DF018136
ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA E OUTRO(S) - RS073109
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **GUSTAVO SILVA PERES E OUTROS** contra decisão que determinou a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário n. 1.169.289/SC, a fim de ser realizado ulterior juízo de conformidade e/ou retratação.

Sustentam, em síntese, erro material, nos seguintes termos (fl. 663e):

Ocorre, contudo, que se vislumbra, no decisum embargado, erro material, porquanto deixou de observar que a matéria do recurso especial em voga não coincide com aquela debatida no Tema nº 1037/RG. Isso porque, no caso em questão, discute-se a necessidade de incidência de juros de mora até o efetivo pagamento do precatório ou da RPV, tendo em vista a determinação expressa do título executivo com esse teor. Portanto, na presente hipótese, há peculiaridade que a afasta do paradigma aludido, qual seja, a existência de coisa julgada.

[...]

Verifica-se, desse modo, que houve singelo equívoco na r. decisão monocrática, uma vez que a controvérsia em questão permeia a preservação da coisa julgada e não a interpretação do art. 100, §12, da Carta Magna, ao passo em que o Tema nº 1037 da repercussão geral do Ex. Supremo Tribunal Federal debate sobre o termo final da incidência da mora em casos em que ainda não há título executivo formado.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 674e).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

A jurisprudência desta Corte posicionou-se no sentido da irrecorribilidade da decisão que determina a devolução dos autos ao tribunal de origem, a fim de aguardar-se o julgamento de matéria submetida à repercussão geral.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ATO DE SOBRESTAMENTO. ECONOMIA PROCESSUAL. DETERMINAÇÃO DE BAIXA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. IRRECORRIBILIDADE.

1. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida pelo *Petrório Excelso*, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem - quando interposto contra decisão por ele proferida - ou nesta Corte - quando interposto contra decisão aqui prolatada -, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

2. Esta Corte de Justiça já decidiu que, "ainda que parte das questões impugnadas no recurso especial sejam distintas daquela objeto da afetação pelo STF, aplicável se mostra, *mutatis mutandis*, o comando previsto no art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, cujo regramento determina seja julgada em primeiro lugar a matéria afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do especial apelo, relativamente ao resíduo não alcançado pela decisão dada em repercussão geral" (AgInt no REsp 1.365.862/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017).

3. É irrecorrível ato deste Tribunal Superior que determina o sobrestamento de recursos a fim de se aguardar a fixação de tese jurídica pelo STF, já que desprovido de caráter decisório. Precedentes: AgInt no AREsp 920.593/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 2/8/2017; AgInt nos EDcl nos EDcl no RE nos EDcl no AgRg no REsp 1.422.605/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 16/12/2016.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno não conhecido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1186385/ES, Relator Ministro OG FERNANDES, T2 - SEGUNDA TURMA, DJe 27/08/2018)

Por derradeiro, observo que nos termos do art. 1.037, § § 9º e 10, do CPC/2015, a única hipótese de alteração da decisão de sobrestamento, a qual não tem caráter decisório, seria a demonstração, por meio de requerimento, de que a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso extraordinário afetado seriam distintas, o que não ocorre no caso, porquanto eventual peculiaridade deve ser analisada pela Corte de origem.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** dos Embargos de Declaração.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora